

Estrada da corrupção

Entenda como era feito o desvio de verbas no Tocantins

O QUE FOI

Força tarefa da Polícia Federal, Procuradoria da República do Tocantins e Controladoria Geral da União (CGU) revelou um esquema de corrupção que envolvia políticos, servidores públicos e empreiteiros. As investigações apontam que o grupo fraudou licitações e contratos de terreplanagem e pavimentação asfáltica em 29 rodovias estaduais.

Entenda o esquema



O governo do Tocantins, em 2013 e 2014, recebeu recursos oriundos de empréstimo da Áustria, no valor total de **R\$ 1,2 bilhão**. No período, o Estado era governado por Siqueira Campos (PSDB na época) e Sandoval Cardoso (SD). Um comitê executivo, presidido pelo Secretário de Planejamento Joaquim Júnior, gerenciava esses recursos distribuindo-os a várias secretarias estaduais, entre elas a Infraestrutura.



Chamou a atenção dos investigadores o fato de que, em um dos contratos, uma empreiteira pediu complemento para realização da obra de mais de **1.500 caminhões** carregados de brita. Se enfileirados, esses veículos cobririam uma distância de 27 km, ultrapassando a extensão da própria rodovia.



A Agetrans (órgão vinculado a infraestrutura), que licitava e acompanhava as obras de pavimentação e terraplanagens do Estado, ficou com **R\$ 850 milhões** para aplicar nas rodovias (valor investigado) e montou um núcleo de servidores públicos, que atuaram em duas frentes: Comissão de licitação e Execução das obras e contratos.



Em outra situação, a perícia demonstrou que para a realização de determinadas obras nos termos do contrato celebrado seria necessário o emprego de **mão de obra 24 horas por dia**, ininterruptamente, o que, além de mais oneroso, seria inviável do ponto de vista prático.



Na Comissão de licitação **os processos**, todos de concorrência pública, **foram fraudados**, direcionando para determinadas empresas. Na Execução das obras e contratos, os fiscais de obra atestavam serviços que não teriam sido executados, permitindo que houvesse pagamento sem a prestação de serviços, além de outros servidores que aprovavam as medições e aditivos.

■ O prejuízo aos cofres públicos foi calculado pela força-tarefa em torno de **25%** dos valores das obras contratadas, o que representa cerca de **R\$ 200 milhões**.